

doi.org/10.51891/rease.v10i11.16655

CONTROLE INTERNO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MANAUS

CONTROL INTERNO Y EFICIENCIA EN LA GESTIÓN DE RECURSOS PÚBLICOS: PRÁCTICAS PARA UNA BUENA GESTIÓN EN LA CIUDAD DE MANAOS

INTERNAL CONTROL AND EFFICIENCY IN PUBLIC RESOURCE MANAGEMENT:
PRACTICES FOR GOOD MANAGEMENT IN THE CITY OF MANAUS

Sarah de Jesus Taveira Gonçalves Ferreira¹ Miguel Carlos Viana Negreiros²

RESUMO: Esta pesquisa acadêmica tem como tema "controle interno e eficiência na gestão de recursos públicos: um estudo de caso na cidade de manaus". Esse tema é frequentemente investigado por outros pesquisadores devido à sua importância no cotidiano da população. O principal objetivo deste trabalho é analisar como um sistema de controle interno eficiente pode impactar a gestão de recursos públicos e influenciar a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Além disso, busca-se compreender a percepção da população em relação a esse controle nos serviços governamentais, com foco no município de Manaus. A metodologia aplicada será a pesquisa qualitativa documental, por meio da análise de artigos em periódicos, e a pesquisa qualitativa quantitativa, por meio de entrevistas com a população para coletar dados sobre suas perspectivas. Os dados coletados serão discutidos com o intuito de resolver as problemáticas. Ao final, serão apresentadas conclusões que visam sanar os objetivos e as problemáticas aqui apresentadas, embasadas em ideias e dados reais.

Palavras-chave: Controle. Públicos. Gestão.

ABSTRACT: This academic research is themed "internal control and efficiency in the management of public resources: a case study in the city of manaus." This topic is often investigated by other researchers due to its importance in the daily lives of the population. The main objective of this work is to analyze how an efficient internal control system can impact the management of public resources and influence the quality of services provided to the community. Furthermore, it seeks to understand the population's perception regarding this control in government services, focusing on the municipality of Manaus. The methodology applied will involve qualitative documentary research through the analysis of articles in journals, and qualitative quantitative research through interviews with the population to collect data on their perspectives. The collected data will be discussed with the aim of addressing the issues. Finally, conclusions will be presented to address the objectives and problems outlined here, based on ideas and real data.

Keywords: Control. Public. Management.

¹Graduanda, Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

²Mestre em Engenharia de Produção (UFAM); Bacharel em Ciências Contábeis (UFAM). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade de Estudos Sociais-FES, Departamento de Contabilidade. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1726-1947.



RESUMEN: Esta investigación académica tiene como tema "control interno y eficiencia en la gestión de recursos públicos: un estudio de caso en la ciudad de manaus." Este tema es frecuentemente investigado por otros investigadores debido a su importancia en la vida cotidiana de la población. El objetivo principal de este trabajo es analizar cómo un sistema de control interno eficiente puede impactar la gestión de recursos públicos e influir en la calidad de los servicios prestados a la comunidad. Además, se busca comprender la percepción de la población respecto a este control en los servicios gubernamentales, con enfoque en el municipio de Manaus. La metodología aplicada será la investigación cualitativa documental, a través del análisis de artículos en revistas, y la investigación cualitativa cuantitativa, mediante entrevistas con la población para recolectar datos sobre sus perspectivas. Los datos recopilados se discutirán con el fin de resolver las problemáticas. Al final, se presentarán conclusiones que buscan abordar los objetivos y problemáticas aquí planteados, basadas en ideas y datos reales.

Palabras clave: Control. Público. Gestión.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, os sistemas de controle interno são fundamentais para preservar o bom funcionamento da máquina pública. Eles corrigem erros, melhoram processos de prestação de serviços e mitigam atos ilegais, contribuindo assim para a honestidade no âmbito público.

O Committee on Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) define controle interno como "um processo integrado efetuado pela direção e corpo de _ funcionários, estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: (1) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; (2) cumprimento das obrigações de accountability; (3) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e (4) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano" (COSO, 2016). Assim, o controle interno é uma ferramenta que visa maximizar os serviços prestados pela entidade, sendo aplicável tanto no âmbito público quanto no privado.

Conforme relata Almeida (2012, p. 57), "controle interno representa, em uma organização, o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa." Portanto, com base nas duas definições, pode-se afirmar que o controle interno é, na essência, uma ferramenta metodológica aplicada a um processo, visando maximizar resultados e mitigar erros.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas apresentadas e entrevistas com cidadãos, este artigo, intitulado "Controle Interno e Eficiência na Gestão de Recursos



Públicos: Um Estudo de Caso na Cidade de Manaus", busca responder à seguinte questão: de que maneira um controle interno eficiente impacta a gestão de recursos e a vida da população de Manaus? O objetivo principal é demonstrar como um bom controle interno influencia a gestão de recursos públicos para a prestação de serviços e de que maneira a população percebe esse controle nos serviços oferecidos pelo governo, com foco específico no município de Manaus. Ao final desta pesquisa, espera-se obter resultados suficientes para a resolução das problemáticas e a formulação de propostas baseadas nas ideias aqui apresentadas, visando utilizar de maneira mais eficiente a ferramenta denominada controle interno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Primeiramente será abordado o significado de controlar onde segundo Filho, Sousa e Pereira (2022) é "manter uma verificação de tudo que ocorre, com a função de ter informações sobre o que está acontecendo e se tudo está ocorrendo dentro dos padrões corretos, portanto é a análise do que foi planejado anteriormente e o que é executado para não haver divergências" (Filho; Sousa; Pereira, 2022) com isso o controle interno é um processo essencial, conforme destaca SILVA (2022): "O processo de controle interno dentro de uma organização tem como finalidade a utilização e a participação de um conjunto de procedimentos coordenados que visam a proteção do patrimônio da entidade, bem como à verificação da exatidão e veracidade das informações produzidas, o que contribuirá para a continuidade da empresa" (SILVA, 2022, p. 5).

Segundo o autor, as origens desse processo estão vinculadas à necessidade de aprimoramento dos métodos e técnicas das entidades, proporcionando a obtenção de melhores resultados. Neste contexto, Pérez Júnior (2006, p. 48) estabelece uma nova definição: "O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenadas adotadas em uma empresa para proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas determinantes." Assim, o controle interno se revela como uma ferramenta fundamental para a gestão de recursos.

Levanta-se, então, uma indagação sobre a possibilidade de implementar esse controle na gestão pública, termo esse definido por SANTOS (2020) apontando gestão pública como "Pondera-se que Administração Pública (ou Gestão Pública) deve controlar, assegurar e analisar os gastos públicos, respaldando-se nas leis de controle interno, prezando pela execução dos serviços públicos de forma transparente" (Santos,2020,pág 31).



Considerando sua importância, uma gestão eficiente de recursos públicos torna-se vital, especialmente ao utilizar o controle interno como ferramenta central em suas programações. Segundo SILVA (2022, p. 7), isso é necessário "para acompanhar o planejamento realizado, garantir a legitimidade frente aos princípios constitucionais, verificar a adequação às melhores práticas" sendo assim no âmbito público SILVA (2013) realiza a seguinte tratativa "Na administração pública o controle interno, auxilia na proteção do patrimônio público, onde é direcionado aos gestores formas de garantir que as metas da administração pública sejam alcançadas, a fim de que os princípios de uma aceitável administração atendam os interesses de toda coletividade, possibilitando então ao cidadão, informações que confiram transparência sobre gestão" (SILVA, 2013).

Na administração pública, o controle interno deve ser implementado de forma integrada a todos os atos e processos administrativos de um órgão ou entidade, conforme afirmam Alczuk e Pires (2013): "deve ser concebido de forma integrada com todos os atos e processos administrativos de um órgão ou entidade administrativa, e nunca separadamente" (ALCZUK e PIRES, 2013, p. 10) sua contribuição é, portanto, de suma importância. Os autores destacam que "o sistema de controle interno, por ser órgão de atuação permanente, tem papel importante na condução dos avanços na administração pública, promovendo a sua continuidade, independentemente do envolvimento político de cada gestão" (ALCZUK e PIRES, 2013, p. 10).

Assim, o controle interno se revela um elemento essencial para o bom funcionamento da máquina pública. Como exemplo desse controle na administração pública, Alczuk e Pires (2013) mencionam a perspectiva de Pires (2007, p. 32), que considera o orçamento público uma demonstração clara do controle interno: "O orçamento público é o meio do qual o governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano". Trata-se de uma peça de planejamento, no qual as políticas públicas setoriais são analisadas, ordenadas segundo sua prioridade e selecionadas para integrar o plano de ação do governo, nos limites do montante de recursos passíveis de serem mobilizados para financiar tais gastos" (PIRES, 2007, p. 32).

Com a premissa estabelecida para o uso de controles internos no sistema de gestão de recursos, Ferreira e Oliveira (2021) esclarecem que "os sistemas de controle interno, na medida em que possuem como competência a avaliação dos resultados da gestão, prestam-se para medir, avaliar e prever comportamentos capazes de distanciar a Administração Pública de seus objetivos essenciais, quais sejam, a prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos."



Com base nessa premissa, a gestão pública exerce um impacto significativo na vida cotidiana da população, especialmente na esfera municipal, onde suas ações devem ser reflexivas em relação ao ponto de vista de líderes comunitários e das pessoas que utilizam serviços como saúde e educação, por exemplo. Para a implementação de um mecanismo de controle interno, os gestores públicos precisam cultivar uma relação sólida de governança em suas administrações.

Segundo BUTA e TEIXEIRA (2019), "boa governança representa condições ideais a serem perseguidas, condições estas que têm sido cada vez mais inflacionadas" (BUTA e TEIXEIRA, 2019). Tal comportamento é imprescindível, pois, conforme afirma RODRIGUES (2021), "a Administração Pública, fundamentada em princípios constitucionais, executa as leis para prestar serviços à população, gerenciando a máquina administrativa" (RODRIGUES, 2021).

Assim, uma governança eficaz reflete confiança e transparência, características fundamentais para um controle interno eficiente na gestão dos recursos públicos. O controle interno, enquanto ferramenta de gestão, possui a capacidade de medir o desempenho de uma entidade e é amplamente utilizado no setor público por meio de indicadores de desempenho. Conforme definido por Baciu e Botezat (2014), "o desempenho do setor público reflete o desempenho acumulado dos seguintes setores e resultados governamentais: administração, educação, saúde, distribuição de renda, estabilidade de renda e desempenho econômico" (Baciu & Botezat, 2014).

Através desta tipologia de aplicação do controle interno, é possível observar a evidência dos gastos públicos e da dívida pública, o que possibilita um maior controle e organização sobre esses aspectos. Segundo Costa et al. (2015), "uma boa situação financeira permite ao município reunir condições para atuar de forma a atender aos anseios da população e induzir o desenvolvimento" (Costa et al., 2015). Uma tipologia de controle interno, baseada em indicadores, refere-se à gestão dos recursos públicos destinados ao pagamento de dívidas municipais.

MÉTODOS

A tipologia metodológica aplicada ao estudo presente nesta pesquisa consiste na análise de dados coletados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e na realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, aplicada à população de



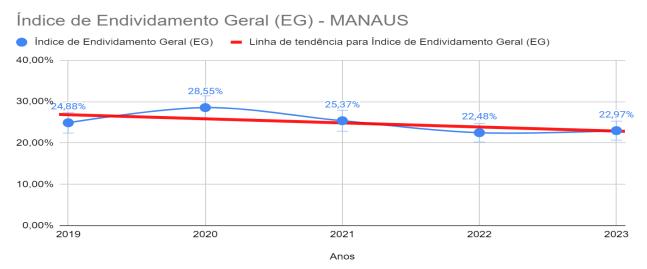
Manaus, composta por 100 pessoas, de diferentes perfis socioeconômico, mas todos residentes da capital amazonense. Configura-se, assim, como uma pesquisa mista, entrelaçando dados qualitativos e quantitativos em suas análises e discussões de resultados. Inclui-se também a análise de artigos pertinentes ao tema proposto na pesquisa, a fim de embasar os resultados obtidos. Utilizam-se indicadores de controle interno e as respostas dos entrevistados, apresentadas por meio de gráficos e descrições, com o intuito de tornar a análise o mais didática possível. Dessa forma, busca-se concatenar as informações para que sejam aplicadas aos objetivos desta pesquisa.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE

A partir dos dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), uma ferramenta de acesso a informações contábeis e financeiras que contém em seu banco de dados informações de 5.570 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União, foi possível coletar informações referentes ao município de Manaus, com o objetivo de elaborar um indicador de controle interno. A área escolhida para a aplicação deste indicador foi a gestão de recursos para o pagamento de dívidas públicas, onde é demonstrado na figura 1 o Índice de Endividamento Geral (EG).

Conforme ilustrado na Figura 01, o Índice de Endividamento Geral (EG) é definido pela fórmula: Índice de Endividamento Geral (EG) = (Passivo Total / Ativos Totais) x 100. Essa medida visa estabelecer a proporção dos bens e direitos do município que está comprometida em relação às obrigações.

Figura 1







Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados do (Siconfi)

A análise da linha de tendência apresentada no gráfico indica que o comprometimento dos bens e direitos do município de Manaus em relação às dívidas tende a diminuir (mesmo que em uma pequena proporção). Esse dado é de extrema importância para o controle interno, especialmente no que tange à gestão dos recursos em comparação às obrigações do município, pois uma máquina pública endividada não consegue prestar um serviço de qualidade para a população.

No entanto, este dado de controle interno pode ser aprimorado por meio da análise do Índice de Composição do Endividamento (CE), que estabelece um controle sobre a urgência das obrigações que comprometem os recursos públicos. Essa realidade é ilustrada na Figura 2. Figura 2

Composição do endividamento (CE) - MANAUS



O Índice de Composição do Endividamento (CE) é definido pela fórmula: CE = Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Exigível de Longo Prazo). Este índice, por meio de sua linha de tendência, evidencia que as obrigações do município de Manaus estão se tornando cada vez mais urgentes para serem sanadas. Um índice elevado indica que o município possui uma quantidade significativa de obrigações financeiras concentradas em um curto espaço de tempo, o que pode resultar em dificuldades para honrá-las. Nesse contexto, a análise gráfica do controle interno dos recursos demonstra seu valor, pois permite uma melhor gestão dos recursos arrecadados da população. Devido à necessidade de recursos a curto prazo, isso reflete diretamente na arrecadação de impostos, como ilustrado na Figura 3.

Figura 3



Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados do (Siconfi)

Conforme demonstrado na Figura 03, os dados obtidos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) indicam que a arrecadação tributária do município tem crescido ano a ano. Esse aumento pode ser atribuído à maior urgência de recursos para quitar obrigações a curto prazo. Assim, evidencia-se que uma simples ramificação de um campo de controle pode refletir diretamente na vida da população.

Mesmo indivíduos sem familiaridade com a gestão pública e a administração de recursos percebem os efeitos do controle interno exercido pelo ente público no funcionamento dos serviços oferecidos. Vale ressaltar que quem paga os impostos são cidadãos de diversas esferas sociais.

RESULTADOS

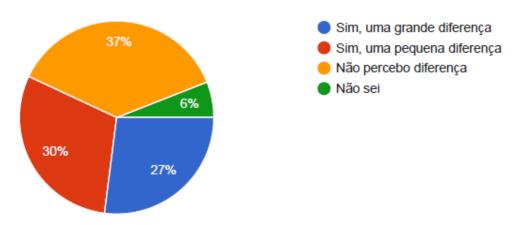
Para garantir a aplicabilidade da pesquisa, foi elaborado um formulário direcionado à população de Manaus, contendo perguntas pertinentes ao tema em questão. O formulário é composto por 10 perguntas: nove delas apresentam quatro alternativas e uma possui cinco alternativas. Foram coletadas cem respostas, cujas estatísticas e resultados serão apresentados a seguir.

A primeira pergunta foi a seguinte: Você percebe alguma diferença na qualidade dos serviços públicos em sua comunidade devido à implementação de controles internos ?, seus resultados são apresentados na figura 4.





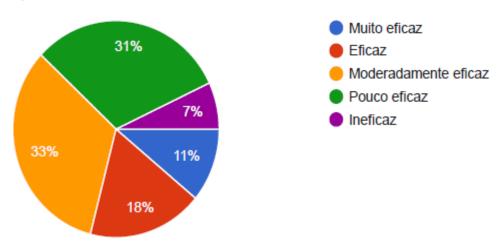
Figura 4



O objetivo deste questionamento é avaliar a efetividade dos controles internos sob a perspectiva da população. Dentre os entrevistados, 57% afirmaram perceber alguma diferença: 27% indicaram uma grande diferença e 30% afirmaram pequenas diferenças. É importante ressaltar que 37% dos participantes não perceberam alterações em relação à aplicabilidade de sua comunidade.

A segunda indagação foi formulada com a seguinte pergunta: "Como você avalia a eficácia do controle interno na gestão dos recursos públicos que impactam seu cotidiano?". O objetivo foi avaliar a percepção dos entrevistados em relação aos controles internos aplicados que afetam diretamente suas vidas. Os resultados, assim como seus percentuais estão presentes na figura 5.

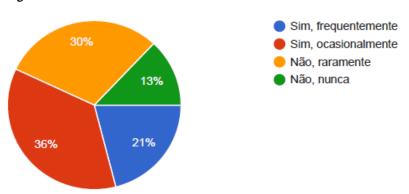
Figura 5



De acordo com a análise gráfica, 29% dos entrevistados consideraram os controles internos eficazes ou muito eficazes (sendo 11% para "eficaz" e 18% para "muito eficaz"). Além disso, 33% avaliaram a eficácia como moderada na gestão dos recursos públicos que impactam seu cotidiano. Em contrapartida, 38% afirmaram que esses controles são pouco eficazes ou simplesmente ineficazes (com 31% para "pouco eficaz" e 7% como ineficazes).

A terceira indagação foi formulada da seguinte maneira: "Você já sentiu que suas necessidades foram atendidas de forma mais eficiente devido a um bom controle interno?" O objetivo foi medir a satisfação pessoal dos indivíduos em relação aos controles aplicados nos serviços prestados a eles e seus resultados estão presentes na figura 6.

Figura 6



Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados de formulário direcionado a população

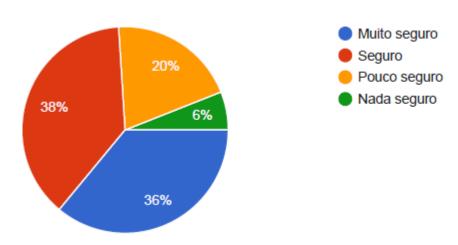
Com base na análise gráfica 57% alegaram que sim, mesmo que ocasionalmente suas necessidades foram atingidas graças a medidas de controle sendo (21% com frequência e 36% ocasionalmente respectivamente), em contrapartida 43% alegaram que não, sendo que 13% alegaram que nunca tiveram este sentimento.

A quarta perquirição foi desenvolvida da seguinte forma: "Você se sente mais seguro em relação ao uso de recursos públicos quando há transparência nas ações de controle interno?" e tem a intenção de quantificar a a segurança que a população sente em relação a transparência do controle interno e seus resultados estão presentes na figura 7.





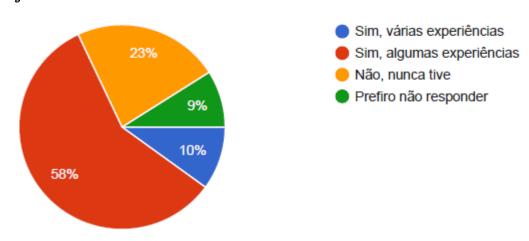
Figura 7



A análise demonstra que a transparência é fundamental pois 74% algema se sentir seguros em destaque que 36% intensificam dizendo que se sentem muito seguros, enquanto somente 20% alega pouca segurança além disso 6% disparam que não sentem nenhuma segurança.

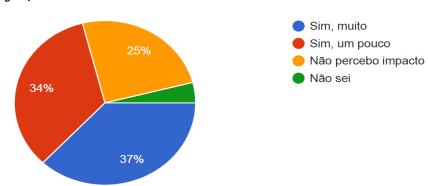
O quinto questionamento foi aplicado da seguinte forma: "Você já teve alguma experiência positiva com serviços públicos que você atribui a um bom controle interno?" O mesmo buscou verificar se existem experiências positivas da população referente a este tema e seus dados estão presentes na figura 8, e como pode verificar na análise gráfica 68% alegaram experiências positivas mesmo que em algumas ocasiões, em contrapartida 23% alegaram não ter tido tal experiência.

Figura 8



A sexta indagação foi proferida da seguinte forma: "Você percebe que o controle interno impacta a forma como os serviços públicos são prestados em sua comunidade?" Esta pergunta também tem como intuito a mensuração da percepção dos indivíduos entrevistados perante os impactos do controle interno nos serviços prestados, e seus resultados e percentuais estão presentes na figura 9.

Figura 9

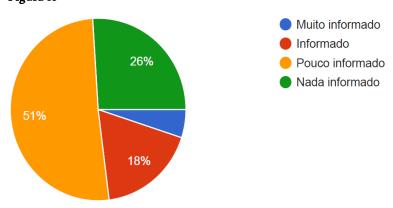


Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados de formulário direcionado a população

A análise gráfica permite observar que 71% alegam que mesmo que pouco, os controles internos impactam na maneira em que o serviço público é oferecido à população e somente 25% da amostra alega que não percebe este impacto.

A sétima pergunta, tem um enfoque maior no sistema de informações no qual os controles internos são divulgados sendo sua descrição da seguinte forma: "Você se sente informado sobre como o controle interno é aplicado nos serviços públicos que utiliza?" seus resultados podem ser contemplados na figura 10.

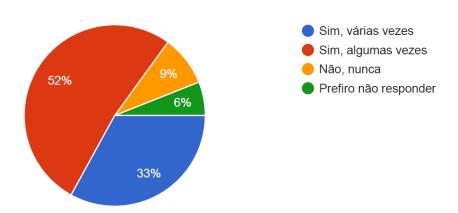
Figura 10



Como a análise gráfica demonstra, 77% dos entrevistados têm carência no quesito de divulgação de informações sendo que 51% alegaram que recebem pouca informação e 26% alegam não receber nenhuma informação e dos 23% que sobraram somente 5% alegaram serem muito informados referente a aplicabilidade de controles internos.

A pergunta de número oito foi elaborada da seguinte maneira: "Você já se sentiu prejudicado por falhas no controle interno em serviços públicos ?" visou explorar experiências negativas da população provenientes de faltas de controles internos na gestão de recursos de serviços públicos, e seus resultados e percentuais estão presentes na figura 11.

Figura 11

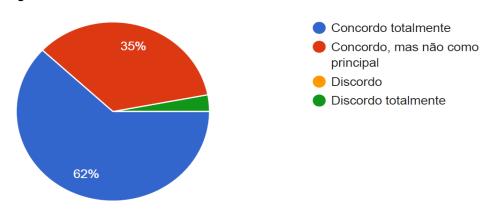


Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados de formulário direcionado a população

Neste questionamento 85% da amostra demonstrou que sim teve experiências negativas (sendo 33% várias vezes e 52% algumas vezes respectivamente), e somente 9% alegaram não ter experiências ruins, sendo assim uma falta de controle impacta a população de maneira avassaladora como demonstra os dados.

A penúltima pergunta foi realizada da seguinte forma: "Você considera que a fiscalização do controle interno deve ser a prioridade principal para o governo?", a mesma visou quantificar e qualificar a importância da fiscalização realizada em controles intrenos e seu nível de prioridade na gestão pública, e seus resultados estão na figura 12.

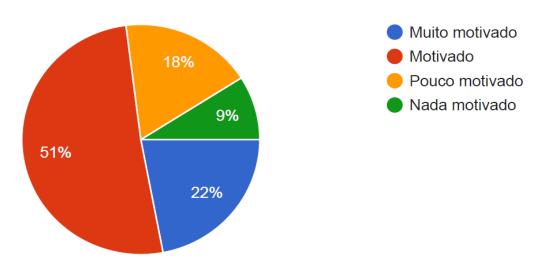
Figura 12



A análise gráfica demonstra que 97% da amostra demonstra tendência a concordar com atos de fiscalização de controles, e vale ressaltar que além disso 62% alegaram que deve ser a prioridade principal da gestão pública.

E por fim o último questionamento foi realizado da seguinte maneira: "Você se sente motivado a participar de iniciativas que visem melhorar o controle interno nos serviços públicos?" A pergunta tem o intuito de mensurar a motivação popular em engajamentos que incentivem a melhoria de controles internos na gestão pública, e seus dados estão presentes na figura 13.

Figura 13



Referências: Elaborado pelo autor(a) por meio de dados de formulário direcionado a população

Com isso a análise dos dados demonstra que 73% da amostra tem um princípio de motivação sendo (22% alegando que tem muita motivação), em contrapartida 18% alegam ter pouca motivação e 9% nenhuma motivação.

2218





DISCUSSÃO E FECHAMENTO

É importante relatar que, embora a maioria da população manauara não conheça os termos técnico-científicos relacionados ao controle interno, ela consegue perceber sua presença, aplicabilidade e também sua ausência. Os dados encontrados mostram que mais da metade dos participantes ainda percebe diferenças na qualidade dos serviços públicos associados à presença de mecanismos de controle, e uma proporção semelhante confirma a eficácia desses mecanismos, que de forma moderada. Essa percepção é fundamental, uma vez que os serviços prestados à população são impactados pelo controle interno, cerca de metade da amostra relatou que suas necessidades não foram atendidas devido à precariedade de mecanismos de controle interno na gestão dos recursos públicos.

As ferramentas de controle, no entanto, são bem aceitas pela população: dois terços dos entrevistados entrevistados têm experiências positivas relacionadas a ações de controle. Contudo, há uma deficiência na disseminação de informações sobre esses processos; mais da metade dos entrevistados relatou falta de informações claras e acessíveis sobre o tema. Essa carência de comunicação impacta 85% da amostra, ainda que de forma ocasional, o que ressalta a importância e a aplicabilidade dos mecanismos de controle interno. Assim, segundo os dados desta pesquisa, a maioria da população considera o controle interno um instrumento essencial para a administração pública, e demonstra interesse em participar e contribuir para a melhoria contínua dos controles internos que impactam no gerenciamento de seus recursos.

O estudo, portanto, confirma que um controle interno efetivo é crucial tanto para o funcionamento da máquina pública quanto para a vida da população. Mais de um terço dos entrevistados relataram sentir-se mais seguros quando as ferramentas de controle estão presentes na gestão dos recursos públicos, que são, na última análise, de posse da própria população. Dessa forma, a adoção de boas práticas de controle interno pode potencializar a qualidade dos serviços prestados, elevando-os a um patamar superior e contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. Por outro lado, uma falha na implementação de controles internos abre brechas para a corrupção e o desperdício de recursos, comprometendo a eficiência da máquina pública e inviabilizando os serviços prestados.

Com base nos resultados deste estudo, recomenda-se a implementação de mecanismos de controle interno em todas as operações governamentais, visto que eles promovem uma gestão de recursos mais eficaz e direcionada, impactando positivamente a sociedade. O controle



interno, assim, atua como um escudo para o governo, protegendo-o contra as dificuldades operacionais que surgem na execução de seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesta pesquisa evidencia a relevância do controle interno no gerenciamento de recursos públicos, destacando sua função essencial para o funcionamento eficaz do sistema de prestação de serviços públicos. Os dados obtidos demonstram que a má gestão de recursos pode ter consequências significativas para as comunidades, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal. Dado que os recursos são alocados em diversas áreas sociais, os impactos de uma gestão inadequada se propagam, afetando a sociedade civil organizada de maneira ampla.

Assim, conclui-se que a população é a principal afetada por falhas na gestão pública. Os cidadãos, ao vivenciarem os serviços oferecidos, tornam-se fiscalizadores informais, percebendo a eficácia ou a insuficiência dos mecanismos de controle interno. Quando esses mecanismos falham em atender às demandas da comunidade, a insatisfação e a desconfiança em relação à administração pública tendem a aumentar.

A pesquisa teve como objetivo analisar esses impactos e ressaltar a importância de uma gestão eficiente de recursos, que deve ser acompanhada pela implementação de controles internos robustos. A presença e a atuação efetiva desses controles não devem ser consideradas secundárias, pois, como demonstrado ao longo do estudo, a população depende de sua eficácia para garantir a qualidade dos serviços públicos. Portanto, é imperativo que os gestores públicos priorizem a criação e a manutenção de sistemas de controle interno, assegurando que estes sejam transparentes e responsivos às necessidades da sociedade.

Em suma, a pesquisa reforça a ideia de que um controle interno eficaz é fundamental não apenas para a integridade da gestão pública, mas também para a promoção do bem-estar social, contribuindo para a construção de uma administração mais responsável e comprometida com os interesses da população.

REFERÊNCIAS

ALCZUK, Silvestre; PIRES, José Santo Dal Bem. O CONTROLE INTERNO E SEUS REFLEXOS NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. II Congresso Consad de Gestão Pública, [s. l.], 2013.



ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Baciu, L., & Botezat, A. (2014). A comparative analysis of the public spending efficiency of the new EU member states: a DEA approach. Emerging Markets Finance and Trade, 50(sup4), 31-46.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. SciELO - Scientific Electronic Library Online, [s. l.], 2020.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). Disponível em . Acesso em: 28 jun. 2017.

COSTA, Caio César de Medeiros et al. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, p. 1320-1347, 29 abr. 2015

FERREIRA, MA; OLIVEIRA, DR. de. Planejamento e controle interno no setor público: uma relação orientada para resultados / Planejamento e controle interno no setor público: uma relação orientada para resultados. Revista Brasileira de Desenvolvimento, [S. l.], v. 4, pág. 36020–36035, 2021.

FILHO, Adão Fernandes de Sousa; SOUSA, Dina Gretschm Vieira da Silva; PEREIRA, Reobbe Aguiar. A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Revista Extensão, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 69-79, 2022.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Auditoria das demonstrações contábeis: normas e procedimentos. 3. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

PIRES, V. C. Apostila do curso de especialização em formulação e gestão de políticas públicas. Maringá. 2007.

RODRIGUES, Elvis da Silva. PEREIRA, Suellen Correa. Compliance na administração pública: boas práticas de governança e políticas de integridade na gestão pública. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 12, pp. 26-42. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959.

SANTOS, Inêz Alexandre dos. A importância do controle interno na gestão pública: Revisão de literatura. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, Vol. 17, pp. 22-35. Dezembro de 2020. ISSN: 24480959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-docontrole.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. SciELO - Scientific Electronic Library Online, [s. l.], 2019.

SILVA, M. D. Contabilidade Governamental – Um Enfoque Administrativo. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE



SILVA, Macicley Félix da. Controle interno como ferramenta gerencial: perspectivas e desafios na administração pública. Revista de Gestão Pública: PRÁTICAS E DESAFIOS, [s. 1.], 2022.

SISTEMA de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. [S. 1.], 2024. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf. Acesso em: 22 out. 2024.